

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

No dia 28 de junho de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Bárbara Pereira Collier, Nivaldo Jorge da Silva, Marcelo Alexandre Balbino dos Santos, Arthur Bruno de Medeiros Teti, Carlos Eduardo Sales de Melo, Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa, Fabio Alexandre Melo Ferreira da Silva, Rafael Farias Almeida, Alcidésio José de Santana, Wagner Staden de Vasconcelos Egito, Cleunice Maria dos Santos, Gilmar Correia da Silva, Adailton José da Silva, Roberto Gercino, Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araujo, Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano, Eduarda Borba Lagioia Lippo, Rayana Burgos dos Santos, Ianne Raíssa de Sousa Galvão, Rennan Mendes dos Santos, Lucas Fernando Barbosa Correia** e Conselheiras (os) Suplentes: **Elimar Pereira da Silva, Natália Oikawa, Gerlane Souza de Lima, Marcelo Renan Oliveira de Souza, Karla Regina do Monte Oliveira, Renan Cabral da Silva, Maria Regina de Araújo Ramos, Laura Maria de Melo Sarmento, Flávia Maria Pessoa Guerra, Francisco de Assis do Nascimento e Roberto Azoubel da Mota Silveira**. Com a seguinte Pauta: **01. Informes: 1.1 – Escuta CNPC; 1.2 – Circula Minc (gestores); 1.3 – Execução do trabalho realizado pelo PEC; 1.4 – 05ª Renascença de PE; 1.5 – Devolutiva do Edital de Aquisição; 1.6 – Festival P.M.P; 1.7 – Indicação Funcultura; 1.8 – Suspensão do presidente Wagner Egito; 1.9 – Regionalização; 1.10 – Encaminhamento do Ofício de Maestro Adailton. 02. LPG (suplentes); 03. Eleições Setoriais 2024 – CEPC /PE; 4. PNAB**. A presidente **Yasmim Neves** saudou a todos e informou que estavam reunidos no dia 28 de junho de 2024 para a 6ª Reunião Ordinária. Ela mencionou que a pauta era longa e pediu que todos trabalhassem com poder de síntese. Em seguida, solicitou a Amanda que verificasse a frequência e a presença de quórum. Amanda confirmou a presença do quórum necessário para iniciar a reunião. Yasmim Neves considerou importante fazer um informe antes de começar. Ela sugeriu que se alinhassem em relação à sugestão de Wllyssys, que havia mencionado sobre os três minutos. Como a reunião e a gravação ainda não tinham começado, Yasmim pediu a Wllyssys que repetisse sua sugestão para que pudesse trazê-la ao pleno e discutir. **Wllyssys Wolfgang** sugeriu que votassem para que os informes fossem dados em três minutos, com cada pessoa tendo esse tempo para se expressar. Ele esclareceu que isso não cercearia o direito de ninguém, mas organizaria a ordem dos informes. Se houvesse necessidade de discussão e aprofundamento, o assunto poderia ser transformado em ponto de pauta. Ele mencionou que, nas últimas reuniões, houve confusão e demora de cerca de uma hora e quarenta minutos nos informes, o que deixava todos cansados para discutir as pautas. Sua sugestão era estipular três minutos para os informes e, se necessário, transformar o assunto em ponto de pauta para discussão posterior, garantindo assim que os direitos de todos fossem preservados. Ele destacou que a pauta do dia estava bem extensa. **Yasmim Neves** concordou com o apontamento, afirmando

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

que os informes realmente se prolongavam muito e que o objetivo era apenas informar. Ela destacou a necessidade de se atentar ao tempo destinado à sociedade civil, que em reuniões anteriores foi estabelecido em três minutos. Em seguida, passou a palavra para o Conselheiro Rafael. **Rafael Farias** concordou que haviam pactuado três minutos de fala não apenas para os informes, mas também para a discussão das pautas, usando um cronômetro para dinamizar as reuniões, considerando que as pautas eram longas. Ele sugeriu que os três minutos fossem aplicados a toda a reunião, para cada conselheiro que fosse falar, independente do momento, e que nos casos necessários, pedissem réplica ou tréplica. Ele ressaltou que exceções poderiam ser feitas para explicações mais técnicas trazidas pelo governo ou pela sociedade civil. **Yasmim Neves** acreditava que haviam chegado a um acordo sobre o fato de que os informes deveriam ser apenas para informar. Ela concordou com Wagner, destacando que, se um informe precisasse se tornar um ponto de pauta, isso deveria ocorrer na próxima reunião, já que a pauta era enviada com 48 horas de antecedência. Ela mencionou que, anteriormente, o tempo de fala era de dois minutos, mas que haviam aumentado para três minutos para tentar ser mais sucintos. Nenhum conselheiro se opôs aos três minutos. Yasmim pediu para que aqueles que quisessem dar algum informe se inscrevessem, mencionando a importância de controlar o tempo também para réplicas e tréplicas. Ela passou ao primeiro informe sobre a **Escuta CNPC**, comunicando que o Ministério da Cultura havia pautado a escuta dos conselhos estaduais sobre a reformulação do CNPC, marcada para o dia 7 de julho de 2024 às 17h. Ela ressaltou a importância da participação dos conselheiros estaduais. O segundo informe foi sobre o **Circula MINC**. O Ministério da Cultura havia entrado em contato com a Secretaria para realizar o evento, que abordaria temas como **PNAB, Sistema Nacional de Cultura e avaliação da LPG**. Yasmim informou que o evento seria no Cais do Sertão e envolveria a participação dos municípios e seus secretários de cultura, aguardando a confirmação da data. Sobre a execução de trabalho pelo **PEC**, Yasmim informou que esse ponto seria mais detalhado por Edvaldo Júnior, presidente da comissão de trabalho, assim que ele chegasse. Por fim, Yasmim passou a palavra para Amanda para tratar do item **1.4** sobre a Renascença de Pernambuco. **Amanda Carneiro** informou que, ao verificar o status da 5ª Renascença na Secult, levantada pelo Conselheiro Cadu Sales, encontrou no SEI que o Processo de Registro de Patrimônio Imaterial da Renda Renascença já estava em implementação pela Fundarpe. Esse processo incluía levantamento, inventário e todas as demandas relacionadas. Ela afirmou que, assim que tivesse algum documento palpável, o traria para leitura e comunicação ao Conselho. Amanda destacou que essa devolutiva era em resposta ao ponto de pauta da reunião de maio. **Marcelo Renan** explicou o **status do Processo de Registro da Renda Renascença** como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco. Ele informou que o pedido de registro foi recebido em 2019 e, em 2020, iniciou-se um movimento de pesquisa participativa em Poção, com apoio da Prefeitura,

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

que destacou professores da rede municipal para ajudar na pesquisa. A pesquisa foi interrompida devido à pandemia e a problemas de saúde mental de um dos responsáveis. Durante o ano passado, a Fundarpe tentou retomar a pesquisa com um orçamento de R\$ 200.000,00, mas a licitação foi malsucedida. As duas empresas que concorreram à licitação não apresentaram qualificação técnica adequada, e uma delas fraudou documentos, o que levou à exclusão da empresa do processo. Neste ano, Marcelo retomou o processo administrativo para reabrir a solicitação e o edital está em tramitação no jurídico da Fundarpe, com um novo orçamento de aproximadamente R\$ 336.000,00 para a pesquisa. A previsão era lançar o edital entre julho e agosto de 2024 para convocar empresas que realizassem a pesquisa nos municípios do Agreste pernambucano. Além disso, Marcelo destacou que, em abril, foi realizado um estudo com um consultor do SEBRAE para o desenvolvimento territorial e a indicação geográfica da Renda Renascença. Esse estudo resultou em um parecer favorável para abrir um processo de indicação geográfica, que vai ocorrer em paralelo com a pesquisa para o registro. Marcelo encerrou sua fala agradecendo a oportunidade de atualizar o Conselho sobre o status do processo. **Yasmim Neves** informou que, em relação ao **item 1.5** sobre a devolutiva do edital de aquisição, havia sido questionada pelo conselheiro Alexandre Melo nas últimas reuniões, especialmente na do dia 22 de maio, sobre o edital lançado pela Secult em 2022 para continuidade em 2023. Ela explicou que havia encontrado pontos sensíveis na continuidade deste edital, e o jurídico da secretaria estava analisando a situação. Ela trouxe a informação de que o edital foi encerrado e que as editoras envolvidas já estavam cientes, com a publicação feita no Diário Oficial. Uma reunião solicitada por algumas dessas editoras seria realizada, envolvendo a equipe de literatura da Secult e o jurídico, para discutir o processo. Sobre o **item 1.6**, Yasmim também trouxe um informe sobre o lançamento do Festival Pernambuco Meu País, onde foram publicadas atrações, cidades, período e verba destinada ao evento. Ela pediu a Amanda para compartilhar no grupo o card com as informações liberadas pela comunicação. Por fim, ela passou a palavra para Amanda falar sobre a indicação do Funcultura, referente ao **item 1.7**. **Amanda Carneiro** informou que, na última reunião de maio, foram feitas indicações para os representantes da sociedade civil na comissão deliberativa do Funcultura, e dois nomes foram sugeridos: Jocimar Gonçalves e Sebastião Costa. Durante a reunião, Carlos Amorim perguntou se Sebastião tinha algum projeto em andamento, e ele respondeu que não. No entanto, ao verificar as informações para a publicação no Diário Oficial, Amanda descobriu que Sebastião tinha projetos inscritos em seu nome, o que o desqualificava para a comissão deliberativa. Amanda explicou que Joana, superintendente do Funcultura, pediu que este ponto fosse discutido na próxima Reunião Ordinária para indicar um suplente, já que Jocimar foi eleito como titular. Amanda explicou que o Conselho de Política Cultural precisava fazer essa indicação rapidamente, pois a publicação no Diário Oficial ainda não havia sido feita e

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

o processo estava parado. Ela destacou que explicou que nada poderia avançar enquanto o titular e o suplente não fossem nomeados. **Cleonice Maria** pediu a fala para esclarecer que Sebastião não negou ter projetos em execução. O que ficou em aberto foram as perguntas de alguns conselheiros e do próprio Sebastião sobre o que era permitido. Cleonice indicou Sebastião e ele foi eleito suplente, mas ela concordou com a decisão da superintendência do Funcultura, considerando-a correta e coerente. Ela sugeriu buscar rapidamente outro nome que pudesse ocupar o espaço, para não travar o processo. **Yasmim Neves** trouxe à reunião o item 1.8, que tratava da suspensão preventiva do Conselheiro Wagner Egito da presidência, relacionada ao caso ocorrido no dia 8 de março durante a 4ª Conferência Nacional. Ela explicou que o processo estava em andamento e que, após as escutas realizadas em 17 de junho, Wagner tinha um prazo de 10 dias para apresentar sua defesa e esclarecimentos. A CEPAD tinha até o dia 8 de julho para finalizar o processo e fornecer um direcionamento da comissão. Yasmim atualizou que Wagner estava ciente e acompanhando todo o processo. Em relação ao **item 1.9**, sobre regionalização, Yasmim informou que foi colocado por Wllyssys e, em seguida, passou a palavra a ele para dar continuidade à discussão. **Wllyssys Wolfgang** explicou que incluiu o item na pauta porque havia recebido muitas reclamações da sua região, o Sertão, sobre a falta de inclusão nos editais. Ele destacou a importância de discutir o posicionamento do Sertão dentro do Estado, ressaltando que a região ocupa cerca de 70% do território. Wllyssys mencionou que, apesar de Petrolina ser uma cidade polo e que deveria estar incluída em eventos e capacitações como o Pernambuco Meu País e o PE na Dança, a cidade e a região do Sertão foram deixadas de fora, o que causou frustração. Ele trouxe à tona que, na LPG, o Sertão também não foi contemplado nem no primeiro lote de suplentes nem no segundo. Além disso, destacou que não havia equipamentos do Estado no Sertão e que essa era uma oportunidade para a equipe estabelecer uma presença na região. Wllyssys pediu a Yasmim que não deixasse que o Sertão fosse apagado das discussões e que atentasse para a inclusão da região nas capacitações e editais futuros, como o Funcultura, Pernambuco Meu País, PE na Dança, Cena Nordeste, e a PNAB. Ele ofereceu sua colaboração para trabalhar junto na construção e ampliação da atuação no Sertão e solicitou que Yasmim assinasse o compromisso de garantir a atenção necessária à região. Wllyssys finalizou sua fala oferecendo sua disposição para trabalhar com a equipe na busca por soluções e na ampliação da atuação no Sertão. **Rafael Farias** abordou a questão do desrespeito nas contratações da Secult e Fundarpe. Ele destacou que, durante o ciclo junino, os brinquedos populares, especialmente as quadrilhas de rua, eram frequentemente os destaques nas atrações, mas que, na hora da contratação, esses grupos eram negligenciados. Rafael argumentou que, embora algumas discussões sobre a materialização das quadrilhas possam surgir, a arte popular é uma expressão autêntica que deveria ser reconhecida e paga adequadamente. Ele enfatizou que, apesar de

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Pernambuco ter mais de 200 quadrilhas juninas e ser um dos estados com maior número de grupos no Nordeste, esses grupos não eram lembrados nas contratações. Rafael expressou sua indignação com a falta de reconhecimento e a necessidade de um olhar mais cuidadoso e inclusivo para todos os brinquedos populares. Rafael também mencionou que, embora o evento Pernambuco Meu País pudesse ter trazido um aquecimento econômico para as cidades, a falta de inclusão dos brinquedos populares foi uma falha. Ele sugeriu que, para abordar essas questões, convidaria Roberto Carlos Gomes para falar sobre alguns apontamentos e discussões relacionadas aos movimentos culturais, especialmente às quadrilhas juninas. Rafael concluiu sua fala pedindo que, no futuro, houvesse mais atenção e reconhecimento para a grandeza e quantidade dos brinquedos populares no Estado. **Wagner Egito** primeiramente comentou sobre a questão da Regionalização no Estado de Pernambuco, concordando com Wllyssys sobre a necessidade de considerar as outras regiões do interior do estado. Wagner sugeriu a ideia de uma solução mais duradoura e definitiva para a regionalização, que envolvia a possibilidade de transferir o centro administrativo da capital para uma cidade no meio de Pernambuco. Embora reconhecesse que a ideia pudesse parecer utópica, ele acreditava que uma vontade política para isso poderia ajudar a desenvolver cultural e economicamente todo o estado, e não apenas a capital. Em relação às quadrilhas juninas, Wagner concordou com Rafael Farias sobre a importância de incentivar e fomentar não apenas as quadrilhas formais e profissionais, mas também as quadrilhas comunitárias e de rua. Ele sugeriu a criação de campeonatos em comunidades e regiões para manter viva a cultura das quadrilhas, além de reconhecer o valor das quadrilhas comunitárias que não têm o objetivo de competir formalmente. Wagner também trouxe um informe sobre a Missa do Vaqueiro de Serrita. Ele explicou que, desde o início da atual gestão municipal, houve uma grande disputa com a Fundação Padre João Cândio, que sempre organizou o evento cultural. O projeto na Câmara Municipal propunha mudar o nome da Missa do Vaqueiro para "Festa de Jacó", o que distorcia o conteúdo cultural original do evento. Wagner destacou a necessidade de o Conselho se posicionar sobre essa questão, comparando-a a situações semelhantes, como a tentativa de municipalização da Fundação Lampião em Serra Talhada. Ele concluiu pedindo ao Conselho que discutisse mais amplamente a questão dos eventos e produções culturais, enfatizando que o governo estadual e municipal deveriam apoiar e fomentar essas iniciativas culturais, e não se apropriar delas sem consentimento. **Edvaldo Júnior** deu continuidade ao **item 1.3**, abordando o andamento do processo de implementação do Plano Estadual de Cultura de Pernambuco. Ele explicou que o plano havia sido consolidado em um documento aprovado pelo Conselho em 2018 por meio de uma Resolução, contendo 142 ações estratégicas que formavam a base da Política Cultural do Estado. Ao longo desse processo, houve uma série de debates importantes sobre a construção e implantação efetiva do plano. A Secretaria de Cultura havia formado uma

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

comissão técnica para analisar e consolidar as 143 propostas debatidas na 5ª Conferência Estadual de Cultura. A próxima etapa seria convocar uma reunião com os membros da comissão, composta pelos Conselhos de Política Cultural, Consultivo e Audiovisual, para explicar a metodologia, as datas dos encontros e verificar se as propostas atendiam às necessidades da política cultural do Estado conforme o documento inicial e os resultados da conferência. Após esse trabalho, o documento final seria submetido ao Conselho de Política Cultural para a priorização das metas do Plano Estadual e, em seguida, transformado em um projeto de lei a ser enviado para a Procuradoria Geral do Estado para análise e votação. A expectativa era que, ainda naquele ano, o Estado tivesse o seu Plano Estadual de Cultura devidamente instituído. **Amanda Carneiro** pediu que fosse estabelecido um prazo para que a sociedade civil trouxesse um novo nome para o Conselho, pois o processo do Funcultura estava parado. No texto que Cleonice enviou, estava indicado que, para não penalizar o andamento do processo, era necessário ganhar tempo. Amanda solicitou que o Conselho fizesse essa indicação com urgência, já que o processo era prioritário. Para deixar claro, Amanda especificou que as indicações da sociedade civil não poderiam vir do Conselho atual e que os indicados não deveriam ter nenhum projeto em andamento ou inscrição no Funcultura. Portanto, era obrigatório que as duas pessoas indicadas pela sociedade civil não estivessem envolvidas nesses dois segmentos. **Rafael Farias** propôs um prazo de duas semanas para apontar o novo nome na próxima reunião ordinária, que estava prevista para o final de julho. Rafael destacou a importância de a sociedade civil se reunir antes da reunião ordinária para poder sugerir um nome. **Wagner Egito** propôs que uma reunião extraordinária fosse realizada na próxima quarta-feira para escolher o novo nome. Ele mencionou que, independentemente do número de nomes sugeridos, seria necessário debater e apresentar cada um deles. **Yasmim Neves** afirmou que era necessário seguir o mesmo trâmite da última vez para as indicações, onde a sociedade civil trazia os nomes ao grupo dos 80, que seriam chamados para se apresentar, tirar dúvidas e realizar a votação. Ela questionou a pertinência de uma reunião extraordinária apenas para a indicação e sugeriu que, se os nomes não fossem apresentados na reunião ordinária de julho, uma reunião extraordinária deveria ser agendada para tratar desse ponto. Concordando com Rafael sobre a falta de reuniões da sociedade civil, ela propôs que, se os nomes fossem apresentados na reunião ordinária, já se marcasse uma reunião extraordinária para ouvir as apresentações e realizar a votação do suplente. Yasmim acordou que, na próxima reunião ordinária, o Conselho traria os nomes para que pudessem votar para suplente. Yasmim informou que havia uma última inscrição da sociedade civil e passou a palavra para Roberto Carlos, pedindo que ele limitasse sua fala a três minutos e também pediu que ele se apresentasse. **Roberto Carlos**, Presidente da Liga de Quadrilhas do Recife, expressou sua gratidão por poder falar e endossou as palavras de Rafael sobre as quadrilhas juninas. Ele relatou que, em 11 de maio, iniciou

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

uma conversa com representantes da Fundarpe pedindo apoio para o Festival da Liga, mas não obteve resposta desde então. Apesar de uma reunião animadora, subsequentemente enfrentou dificuldades em conseguir qualquer retorno ou agendamento presencial. Roberto destacou que houve um recorde de inscrições de quadrilhas juninas, incentivadas por ele, e após várias tentativas, conseguiu marcar uma reunião com Yasmim no dia 7 de junho, onde entregou uma demanda para a participação de nove quadrilhas juninas aprovadas no edital. No entanto, até a data do festival, não recebeu nenhuma resposta. Ele lamentou a falta de divulgação das quadrilhas no festival "Pernambuco Meu País" e a dificuldade de conseguir apoio, apesar das quadrilhas serem habilitadas no edital. Roberto criticou o descaso da Fundarpe com as quadrilhas juninas do Recife e a falta de retorno, mesmo para um simples "não". Ele concluiu expressando sua tristeza com a situação e agradeceu pela oportunidade de falar, esperançoso por avanços nos próximos anos. **Yasmim Neves** relatou que eles se reuniram quando ela estava acidentada. Contudo, ao ouvir o pedido de encaminhamento, ela explicou que isso competia à Secretaria. Sentia muito por ela não ter tido a oportunidade de conversar com Carla e Renata para entender a situação, então ligou para esclarecer e discutir o assunto. Yasmim acreditava que, em relação aos informes, conseguiram concluir que poderiam seguir para o próximo ponto da pauta. Ela queria abordar o **item 1.10**, que era o informe trazido por Wagner, pois havia uma deliberação antes de passarem para os pontos 2, 3 e 4, que tratavam das eleições setoriais. Após tratar desse ponto, poderiam seguir adiante. Assim, ela passou a palavra para Wagner. **Wagner Egito** relatou que havia um ponto de pauta referente a um ofício do Conselheiro Maestro Adailton ao Conselho. Nesse ofício, o Maestro Adailton informava que o conselheiro Joab, coordenador da Comissão de Ética, estava sendo impedido e coagido em seu trabalho na comissão. O ofício foi lido e encaminhado ao Conselho no dia 12 de março, mas após quase 90 dias, nada de concreto foi resolvido sobre essa questão. Wagner ressaltou que o ponto de pauta era sobre o ofício que o Conselho recebeu do Maestro Adailton, mencionando a queixa de Joab. Todo o Conselho, incluindo Joab, estava ciente, mas não houve nenhuma posição ou movimento concreto a respeito. Portanto, Wagner propôs que o ofício fosse respondido ao Maestro Adailton, informando que o Conselho tomou conhecimento, mas que não houve nenhuma ação concreta e que o ofício seria arquivado. Ele acrescentou que, a qualquer momento, se o conselheiro Joab quisesse fazer uma denúncia, ele poderia, pois não estava impedido de fazê-lo. A proposta era que o ofício fosse respondido e arquivado, aguardando qualquer futura provocação ou denúncia por parte de Joab. **Yasmim Neves** relatou que, na última reunião do dia 22, o conselheiro Joab leu um documento confirmando o processo descrito no ofício encaminhado pelo Maestro Adailton. A deliberação dessa reunião foi realizar uma reunião da Comissão de Ética para tratar esse ponto. Alguns companheiros, incluindo Rafael, que faz parte da

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Comissão de Ética, também falaram sobre isso. Yasmim informou que ainda não conseguiram se reunir devido ao seu período de atestado médico. Agora, estão tentando reagendar essa reunião para tratar desse ponto, conforme discutido no grupo. Ela acreditava que, antes de encaminhar o arquivamento desse ofício, era necessário realizar a reunião da Comissão de Ética para tratar do assunto, conforme confirmado pelo conselheiro Joab. Yasmim concluiu que, no momento, não fazia sentido arquivar o ofício, já que havia uma pendência anterior a ser resolvida pela Comissão de Ética. Em seguida, ela passou a palavra para Rafael. **Rafael Farias** explicou que queria falar sobre o mesmo assunto, já mencionado no grupo. Eles estavam tentando marcar a reunião da Comissão de Ética, que acreditava ocorrer ainda naquela semana. Rafael mencionou que discutiram dois possíveis desfechos: dar prosseguimento à denúncia, caso Joab apresentasse provas, ou arquivá-la na própria Comissão de Ética por falta de provas, sem necessidade de levar ao plenário. Ele havia sugerido isso no grupo e estavam apenas aguardando a realização da próxima reunião, que não ocorreu antes devido ao atestado médico da presidente. Rafael acreditava que, na próxima reunião ordinária, poderiam pactuar e trazer uma devolutiva definitiva, com a Comissão de Ética decidindo entre arquivar a denúncia ou prosseguir e levar ao plenário para votação. Ele concluiu que esses eram os dois caminhos sugeridos, que já estavam discutidos no grupo. **Elimar Pereira** acreditava que a decisão precisava ser tomada imediatamente, pois, devido a esse documento, houve tentativas de destituir a Comissão de Ética em pleno. Elimar argumentou que, já que estavam em uma reunião plenária, era necessário resolver a questão. Ele afirmou que, como já havia mencionado no grupo, se não havia provas, então não havia provas. Elimar sugeriu que o Maestro Adailton deveria conversar com Wagner e outros conselheiros. Ele observou que já se passaram quase 90 dias sem uma decisão, e que essa demora nas decisões do Conselho estava prejudicando os conselheiros, que ficavam expostos desnecessariamente. Elimar concluiu que, já que todos estavam reunidos em uma reunião ordinária, a questão deveria ser votada ali mesmo, no plenário, porque reunir todos era difícil devido aos compromissos individuais. Portanto, ele propôs que a decisão fosse votada imediatamente no pleno. **Maestro Adailton** esclareceu que, em relação ao encaminhamento do ofício, em momento algum estava denunciando o conselheiro Wagner por qualquer tipo de ato. Ele explicou que o ofício pedia apenas uma apuração do fato de que Wagner teria sido impedido. Adailton destacou que não havia qualquer denúncia contra Wagner no ofício e que seria útil reler o documento para esclarecer essa questão. Ele ressaltou que a repetição desse pedido em todas as reuniões estava se tornando incômoda, dando a impressão de que ele havia denunciado Wagner, o que não era verdade. O Maestro informou que enviou um segundo ofício para a Casa dos Conselhos, com anexos das conversas do grupo de WhatsApp, onde os próprios conselheiros pediam que Wagner parasse com intimidações. Ele reforçou que não estava denunciando Wagner, mas

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

pedindo uma apuração dos fatos. Adailton concluiu que, se nada fosse comprovado, isso deveria ser relatado a todos e não apenas arquivado, para que todos entendessem o que realmente aconteceu. **Wagner Egito** afirmou que a questão não era julgar a denúncia, mas ser objetivo. Ele concordou com o que Maestro Adailton e Elimar disseram, mencionando que havia uma exposição desnecessária dos nomes de Joab, Maestro Adailton e dele próprio. Wagner explicou que, na reunião do dia 13, ficou subentendido que ele estava envolvido, mas em nenhum momento seu nome foi citado na carta lida por Joab. Wagner enfatizou que Maestro Adailton enviou um ofício ao Conselho mencionando algo que ouviu no grupo e pedindo providências. No entanto, até aquele momento, Joab, que é o coordenador da Comissão de Ética, não tomou nenhuma ação concreta em 90 dias e não apresentou nenhuma denúncia oficial. Wagner propôs que o ofício de Maestro Adailton fosse arquivado, respondendo a ele que não houve nenhuma posição oficial. Ressaltou que Joab tinha todo o direito de fazer uma denúncia a qualquer momento, mas que, naquele momento, não havia nada a ser averiguado ou esclarecido, pois não havia denúncia. Concluiu propondo que o ofício fosse arquivado, encerrando a questão e mantendo o direito de Joab de fazer uma denúncia se achasse necessário no futuro. **Yasmim Neves** afirmou que entendia o processo, mas achava que não poderiam ignorar a pendência da reunião ordinária da Comissão de Ética, que era necessária para tratar o assunto. Ela destacou que não se tratava de uma denúncia, mas de uma averiguação solicitada pelo ofício. Yasmim mencionou que, na reunião anterior, Joab havia lido e confirmado que houve intimidação, o que ela interpretou como uma orientação para a Comissão de Ética apurar a questão. Ela achava importante que a Comissão de Ética se reunisse para entender a situação e trazer uma resposta ao plenário. Yasmim considerou sensível resolver a questão sem a Comissão de Ética se posicionar, enfatizando que essa era sua opinião. **Rafael Farias** afirmou que não se sentia confortável em votar pelo arquivamento da questão naquele momento. Ele adiantou que se absteria caso o plenário decidisse votar sobre isso, pois Joab, peça central na discussão, não estava presente para dar sua opinião. Rafael ressaltou a importância de Joab estar presente na reunião e opinou que a questão deveria ser averiguada. No entanto, ele disse que respeitaria e acompanharia a decisão do plenário. Finalizou reiterando seu desconforto em seguir adiante sem a presença de Joab. **Alexandre Melo**, em uma questão de ordem, afirmou que se não há denúncia, o assunto se resume a um "disse me disse" repassado através de um ofício e não há o que ser investigado. Ele sugeriu que deveriam seguir adiante e deixar que uma denúncia formal fosse feita, se necessário. Alexandre considerou que discutir algo sem uma denúncia concreta era tratar de fofoca, e isso não cabia à discussão do grupo, expressando assim sua opinião. **Yasmim Neves** ressaltou que o assunto do ofício estava classificado como uma denúncia e que a Comissão de Ética do Conselho Estadual de Política Cultural deveria fazer a averiguação conforme o processo de denúncia. Ela explicou que o e-mail

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

enviado mencionava a palavra "denúncia" e que o teor do ofício seguia esse tom. Yasmim sugeriu que deveriam seguir o encaminhamento decidido na reunião passada, que era realizar uma reunião da Comissão de Ética e trazer uma devolutiva ao plenário. Ela destacou a importância de lembrar o processo que envolveu a destituição da Comissão de Ética e a decisão de que a comissão continuaria. Ela achava sensível fazer apontamentos para a Comissão e depois alterar o processo no plenário. Portanto, Yasmim propôs ouvir Wagner e fazer a votação para dar continuidade à questão. **Wagner Egito** complementou a fala de Alexandre e esclareceu o contexto para aqueles que ainda não estavam totalmente informados. Ele explicou que o Maestro Adailton havia colocado no ofício uma denúncia de que o conselheiro Joab, coordenador da Comissão de Ética, havia relatado um problema. Joab estava ciente da situação e confirmou isso na própria reunião, mas não formalizou nenhuma denúncia. Wagner ressaltou que, dado que Joab, sendo o coordenador da Comissão de Ética e a pessoa supostamente prejudicada, não tomou nenhuma ação formal, não fazia sentido esperar por algo que não existia. Ele enfatizou que não havia mais o que a Comissão de Ética averiguar, já que o ofício de Adailton apenas comunicava um fato e Joab não havia formalizado nenhuma denúncia. Ele reafirmou que a proposta era simplesmente decidir sobre o ofício de Maestro Adailton, sem impedir que Joab pudesse fazer uma denúncia no futuro, se achasse necessário. A função da Comissão de Ética era dar suporte ao Conselho e, nesse momento, a decisão se baseava apenas no ofício recebido. **Yasmim Neves** expressou que sentia que a reunião estava se tornando um ciclo sem fim e que, apesar disso, acreditava na importância de avançar no processo. Ela propôs que, como encaminhamento, a Comissão de Ética se reunisse na semana para tratar do assunto. Yasmim destacou que o Ofício número 2, datado de 21 de maio, incluía prints de conversas no grupo onde Joab afirmava ter sido impedido. Ela acreditava que era necessário apurar a situação e, se necessário, arquivar o primeiro ofício e prosseguir com a averiguação do segundo. Ela achava muito sensível não tomar nenhuma medida e que a Comissão de Ética precisava se reunir para tratar da questão com seriedade. Ela solicitou que constasse em ata que o segundo ofício seria formalmente encaminhado para a Comissão de Ética para que analisasse as informações e trouxesse uma devolutiva ao plenário, se possível antes da próxima reunião ordinária. Em seguida, ela passaria a palavra para Elimar e propôs que, após a fala dele, fosse realizada a votação sobre o arquivamento ou a continuidade da averiguação pela Comissão de Ética. **Elimar Pereira** afirmou que, no caso em questão, não havia provas e que Joab não havia feito nenhuma acusação formal, apenas um "disse me disse". Ele destacou que, se Joab tivesse feito uma denúncia, deveria se afastar da Comissão de Ética, mas como isso não ocorreu, não havia o que apurar. Elimar argumentou que, apesar de existirem prints, estes não continham provas concretas e, portanto, não havia motivos para uma investigação. Ele propôs que o plenário decidisse pelo arquivamento do assunto para

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

que pudessem avançar com outras pautas importantes para Pernambuco. Em resumo, Elimar defendeu que, como não havia provas e nenhuma denúncia formal, o encaminhamento apropriado seria arquivar o ofício e seguir com as demais questões. **Maestro Adailton** fez uma questão de ordem e questionou a decisão de arquivar o Ofício número 1 sem considerar o Ofício número 2 e seus anexos. Ele achava engraçado que, no Conselho, se deixassem passar questões pertinentes e mencionou que, ao enviar o primeiro ofício sobre a Comissão de Ética, ele havia alertado que o pleno decidiu manter Joab como coordenador, o que ele considerava um erro. Adailton concordou com Elimar, que achava incorreto manter Joab na coordenação enquanto ele fazia uma denúncia. Ele argumentou que, ao arquivar o primeiro ofício sem considerar o segundo, estava-se ignorando a necessidade de a Comissão de Ética se reunir, averiguar os anexos e trazer uma devolutiva ao plenário. Adailton defendeu que, após a averiguação, seria necessário decidir sobre o arquivamento de ambos os ofícios, e não simplesmente arquivar o primeiro sem tratar do segundo. **Thaynna Leocádio** fez um adendo à reunião e explicou que, como conselheira que havia participado de todas as conversas e movimentos, entendia que havia uma opinião de que a situação estava sendo tratada como fofoca por falta de provas concretas. Thaynna ressaltou que a discussão não deveria focar na destruição da Comissão de Ética, mas na necessidade de seguir com o devido processo. Ela lembrou que, quando Wagner era presidente da comissão, houve um pedido para que ele continuasse e que isso não deveria ser um problema. Thaynna destacou que, mesmo se Joab fizesse uma denúncia, ele teria que se afastar temporariamente e um relator seria designado para o caso. Ela pediu que fosse feito um encaminhamento e uma anotação formal, já que o processo estava se prolongando desnecessariamente. **Yasmim Neves** iniciou a votação sobre o arquivamento dos dois ofícios e pediu que os conselheiros a favor do arquivamento levantassem a mão. Seis pessoas concordaram com o arquivamento, e Yasmim anunciou os nomes: Bárbara Collier, Thaynna Leocádio, Alexandre Melo, Francisco de Assis e Eduardo Sales. Ela então solicitou que os conselheiros contrários ao arquivamento levantassem a mão. Oito pessoas se opuseram ao arquivamento, e Yasmim informou os nomes: Gilmar Correia, Alcidésio José, Arthur Teti, Rafael Farias, Nivaldo Jorge, ela própria e Maestro Adailton. Houve uma abstenção. Com base na votação, o processo continuaria na Comissão de Ética. Yasmim pediu que os membros da Comissão de Ética presentes agendassem uma data para se reunirem, verificarem o assunto e trouxessem uma devolutiva para a próxima reunião ordinária do Conselho. **Amanda Carneiro** pediu que, para facilitar a transcrição da ata e a formalização das discussões, os conselheiros falassem de maneira organizada e evitassem interromper uns aos outros durante as reuniões. Ela ressaltou que, se as falas fossem atropeladas, isso tornaria difícil capturar e registrar corretamente o que havia sido dito. **Yasmim Neves** deu continuidade à reunião e apresentou o item 3 da pauta, que era sobre os suplentes da LPG. Ela informou que

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Irene Veiga, gestora do Mapa Cultural, estava presente para trazer algumas devolutivas. Yasmim explicou que havia sido lançado o último lote de suplentes, com valores de sobras e rendimentos, totalizando 537 mil reais separados em sete editais. Ela mencionou que o cronograma estava aberto para que os suplentes enviassem a documentação necessária para a validação do pagamento e que já estava sendo realizado o pagamento do primeiro lote de ações de audiovisual e salvaguarda. Yasmim pediu aos conselheiros que levantassem a mão caso tivessem dúvidas ou questionamentos, para que pudesse ser feito o controle da inscrição das falas. **Irene Veiga** explicou que, na última leva de suplentes, não foram chamados todos os editais porque nem todos tinham demanda. Ela informou que já havia sido concluído o processo de cinema e de licenciamento para conteúdos audiovisuais, e que um segundo lote de suplentes foi chamado para cobrir sobras de recursos, com cinco editais sendo contemplados. Ela detalhou que a previsão inicial era de 2.077 vagas, mas que, até o dia 26/06, havia ocorrido um chamamento de 3.187 proponentes, 1.000 a mais do que o previsto. Irene também falou sobre a metodologia do último chamamento, explicando que foram utilizados os recursos disponíveis e divididos proporcionalmente entre os editais com maior demanda. Ela destacou que, para o edital de fomento e formação cultural, foi realizado um remanejamento dos recursos para equilibrar as linguagens e garantir a proporcionalidade das reservas e cotas. Ao final, Irene solicitou aos conselheiros que levantassem suas dúvidas e questionamentos. **Yasmim Neves** trouxe a informação de que, dos 121 projetos do primeiro lote de ações criativas para o audiovisual, 104 de 122 TECs estavam validados e encaminhados para o pagamento financeiro. No lote de 355 projetos de salvaguarda, restavam apenas 13 pendentes devido a problemas no recibo, mas o pagamento estava em andamento. Ela afirmou que o pagamento do segundo lote de suplentes também já havia começado. Yasmim enfatizou que o trabalho continuava e que a LPG ainda não havia terminado. Ela pediu aos suplentes divulgados na semana anterior que enviassem a documentação para validação. Além disso, Yasmim mencionou que a nova atualização da plataforma do Mapa Cultural agora enviava automaticamente e-mails aos proponentes quando avançavam de fase, facilitando o processo. Por fim, Yasmim informou que divulgaria a quantidade de contemplados, os valores finais destinados às macrorregiões e a quantidade de projetos, garantindo a regionalização. Ela mencionou que havia três conselheiros com as mãos levantadas, prontos para serem ouvidos. **Willyssys Wolfgang** mencionou que haviam 3.187 contemplados e mais de 500 suplentes. No entanto, observou que não houve nenhum chamado na categoria de audiovisual para o Sertão, desde o início do processo. Ele apontou que parecia que a Secult não achava necessário ter projetos de audiovisual para o Sertão nessa categoria, o que considerou um erro. Wolfgang destacou que, apesar de mais de 3.000 aprovados e 13.000 inscritos, apenas pessoas da região metropolitana foram chamadas. Ele disse que muitas pessoas o procuraram para reclamar, e ele não

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

sabia o que responder. Wolfgang também ressaltou a importância da capilaridade, dado que a distância entre cidades do Sertão e o extremo Oeste, como Petrolina, impedia um intercâmbio efetivo. Ele mencionou que várias iniciativas deixaram o Sertão de fora, incluindo Funcultura, Pernambuco Meu País, PE na Dança, Cena Nordeste, LPG, e PNAB. Finalmente, ele perguntou quando o relatório de prestação de contas seria publicado. **Yasmim Neves** explicou que o relatório de prestação de contas estava sendo finalizado para ser lançado via Mapa Cultural. A prestação de contas do objeto componente seria confirmada pela Secult, que validaria a execução da proposta e, se necessário, solicitariam o envio pelo Mapa Cultural. Todo o processo seria realizado pelo Mapa Cultural, onde seriam disponibilizados maiores dados e informações para finalizar a análise. A primeira semana de julho era o prazo previsto para a conclusão e publicação do relatório, que seria divulgado nas redes sociais e compartilhado com os conselheiros. Quanto à questão do Sertão, Yasmim mencionou que estava ciente das preocupações e passou a palavra para Irene. **Irene Veiga** explicou que os e-mails enviados automaticamente pelo Mapa Cultural ao inaugurar uma nova fase de suplente são diferentes dos e-mails enviados com os TECs e recibos. Os e-mails automáticos são enviados para o endereço que o proponente insere ao se cadastrar na plataforma, enquanto os e-mails com Termos de Execução Cultural e recibos são enviados para o endereço vinculado à inscrição. Irene pediu que os conselheiros reforçassem com os agentes culturais a importância de atualizar seus e-mails e acompanhar os cronogramas na plataforma, preenchendo os documentos até a data limite, que era 3 de julho para os suplentes selecionados. Em relação à questão levantada por Wllyssys sobre a regionalização, Irene reconheceu a importância de políticas afirmativas e a necessidade de alcançar todas as regiões. Ela afirmou que, tecnicamente, não havia falha no edital, pois ele garantia o percentual de regionalização no valor global. No entanto, Irene destacou o compromisso de dialogar e executar as políticas de forma mais equitativa. Ela mencionou que o Sertão tinha, salvo engano, 84 propostas contempladas, atendendo a 20,74% da regionalização, o que estava dentro do previsto pelo edital. **Rafael Farias** parabenizou a otimização do Mapa Cultural, elogiando sua facilidade de uso, rapidez e design intuitivo, especialmente ao ser acessado por dispositivos móveis. Ele destacou que a ferramenta precisa ser ágil e de fácil entendimento para ser efetiva. Rafael mencionou que futuramente gostaria de sugerir mais melhorias, principalmente para pessoas com dificuldade em tecnologia. Ele também questionou sobre a aplicação das sobras dos recursos, querendo entender se todas foram direcionadas para o edital de multilinguagens. Rafael ressaltou a importância dos projetos de audiovisual e perguntou se ainda há suplentes que poderiam ser chamados. Ele enfatizou a necessidade de considerar a regionalização, especialmente para o Sertão, e sugeriu que talvez 20% de regionalização seja insuficiente, devido ao tamanho e às particularidades culturais da região. Rafael finalizou perguntando sobre o prazo final para chamar o último lote de

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

suplentes e encerrar o processo, para que possam avançar para o PNAB, destacando a importância dessa discussão. **Yasmim Neves** explicou que, teoricamente, o lote atual seria o último, mas, caso algum proponente não envie a documentação, será necessário esperar essa fase inicial para entender a quantidade de recursos e propostas, planejar um novo ranqueamento e lançar uma nova lista de suplentes. Ela afirmou que, por enquanto, a lista de suplentes em relação à LPG foi divulgada, e se algum proponente não enviasse a documentação, seria feito um novo ranqueamento. Sobre as sobras, Yasmim explicou que os valores foram inicialmente direcionados ao primeiro lote de suplentes para a salvaguarda e ações criativas para o audiovisual. Com o restante das sobras e rendimentos, um novo lote foi lançado. Ela mencionou que as sobras seriam encaminhadas para o edital com maior demanda, sendo a maior quantidade de suplentes nas áreas de salvaguarda da cultura popular e ações criativas para o audiovisual. O restante das sobras foi direcionado para ações criativas multilinguagens. Yasmim pediu que Irene completasse as informações, caso algo tivesse sido esquecido. **Irene Veiga** explicou que, após a última reunião do Conselho, um estudo foi realizado com base no documento apresentado pela sociedade civil. Esse estudo revelou a necessidade de esgotamento de sobras em algumas categorias, como as praças criativas para o audiovisual. Irene destacou a dificuldade inicial de entender a planilha apresentada por Natália Maia, mas, após análise, foram identificados dois pontos principais: a quantidade de vagas por categoria e os valores. Foi realizado um novo ranqueamento para esgotar as sobras de recursos. Dentro das categorias e faixas, foram remanejados recursos para faixas com maior demanda. Seis propostas foram contempladas, totalizando aproximadamente 3,3 milhões de reais para o audiovisual. A metodologia envolveu também ações criativas multilinguagem, garantindo que todas as etapas até o pagamento esgotassem os valores das sobras. Irene destacou que o edital de ações criativas para o audiovisual era o que tinha maior demanda, seguido pelo edital de ações criativas multilinguagem. O remanejamento dos recursos seguiu a metodologia prevista, contemplando 311 projetos na faixa de maior demanda e esgotando os recursos e rendimentos disponíveis. Ela ressaltou a importância de garantir regionalização, reservas e cotas em todos os momentos do ranqueamento. Para editais com mais de uma faixa, os recursos foram distribuídos proporcionalmente. No total, 537 suplentes foram chamados, tentando equilibrar ao máximo a distribuição de recursos. **Amanda Carneiro** começou a leitura das perguntas da sociedade civil enviadas pelo chat, que eram cinco no total. A primeira pergunta foi de **Fernanda Freire**, que quis saber por que nenhum projeto de Formação nível 3 do edital de ações criativas do audiovisual foi selecionado. A segunda pergunta, de **Monique Paulino**, questionou por que nenhum projeto de literatura foi convocado para a suplência das ações criativas. A terceira pergunta foi do **Camará**, que perguntou por que foram chamados tantos longas-metragens em vez de redistribuir os recursos para convocar uma quantidade maior de

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

projetos, o que poderia gerar um maior impacto econômico e social no Estado. **Mc Lapada** fez a quarta pergunta, querendo saber quais foram os critérios para chamar os suplentes no edital de Cultura Periférica. A última pergunta foi de **Eveline**, que questionou o critério de contemplação de suplentes, mencionando que a ordem de classificação não foi seguida no edital de Direitos Humanos. **Irene Veiga** respondeu que, além das quantidades previstas no edital, era necessário esgotar os recursos disponíveis para garantir a execução do edital. Para isso, ela chamou os proponentes e propostas que ainda estavam como primeiros suplentes, de acordo com as reservas nas faixas e categorias que ainda não tinham esgotado todos os recursos. Ela entendeu que, no edital de Ações Criativas Multilinguagens, o valor dos recursos deveria ser remanejado para a categoria ou faixa com maior demanda, sendo que a faixa 2 foi a mais demandada. Ela destacou que o remanejamento foi realizado da melhor forma possível, respeitando o equilíbrio entre as linguagens e as outras reservas. Sobre a terceira pergunta, Irene explicou que a questão se referia ao esgotamento dos recursos nas categorias que ainda precisavam respeitar o valor destinado a elas. Ela esclareceu que, no edital de Cultura Periférica, o remanejamento foi feito com um milhão e quatrocentos mil reais, de forma proporcional à demanda dos suplentes de cada categoria, respeitando as reservas, as cotas e a regionalização. Ela ressaltou que o remanejamento não seguiu apenas a ordem de classificação, mas também ajustou a ordem para equilibrar as vagas entre as linguagens e preservar as reservas e cotas exigidas pelo edital. **Yasmim Neves** explicou que estavam ainda no processo da LPG, pagando e chamando os suplentes. Ela afirmou que, teoricamente, essa seria a última e efetiva chamada de suplentes. No entanto, ela mencionou que, caso algum suplente não enviasse a documentação, ainda seria possível chamar mais suplentes. A intenção era que os recursos destinados à LPG para a Secretaria fossem totalmente voltados para os suplentes da sociedade cultural. Yasmim agradeceu a Irene e passou a palavra para Willyssys. **Willyssys Wolfgang** quis saber se 70% dos rendimentos foram destinados ao audiovisual. Ele viu pelo painel dos recursos do Ministério da Cultura que cerca de 5 milhões e 160 mil reais estavam destinados a essa linha e quis confirmar se esse valor foi realmente destinado ao audiovisual. Além disso, ele sugeriu que fosse feito um pente-fino para verificar se todas as categorias tinham recebido pelo menos um projeto, pois ele notou que algumas categorias não tiveram nenhum projeto chamado durante o processo. Ele mencionou que, por exemplo, dos 537 suplentes convocados no segundo lote, apenas 89 eram do Sertão. Ele achou importante que, pelo menos, um projeto fosse chamado em cada categoria e expressou frustração por ser cobrado por pessoas de outras regiões sobre a ausência de projetos em certas categorias. Ele reconheceu que não seria possível corrigir a situação no momento, mas deixou a orientação para futuras chamadas. **Yasmim Neves** explicou que 70% do valor global dos rendimentos foi destinado ao audiovisual. Ela esclareceu que, embora as sobras também tenham sido

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

majoritariamente destinadas ao audiovisual, a equipe decidiu trabalhar de forma equitativa com os rendimentos, destinando um milhão e quatrocentos mil reais para cada edital, para conseguir chamar uma maior quantidade de suplentes em Pernambuco. Ela mencionou que, ao conversar com o **MinC**, foi decidido que não havia uma regra específica para os rendimentos e ela optou por um critério que atendesse melhor às necessidades do estado. Yasmim ressaltou que, embora 70% dos recursos globais tenham sido destinados ao audiovisual, os rendimentos foram distribuídos para chamar mais suplentes de diferentes editais, considerando que os processos audiovisuais são mais caros e, portanto, a quantidade de suplentes seria menor. Sobre a questão do Sertão, Yasmim informou que o edital não previa um direcionamento específico para essa categoria, mas ela e a equipe estavam estudando e conversando sobre como melhorar a regionalização. Ela explicou que, durante o processo, foi atendida a macro-regionalização de 40%, 20% e 20% e disse que, embora nem sempre fosse possível dar respostas positivas, a equipe estava trabalhando para atender ao desejo da sociedade civil e estava atenta a esse ponto. Yasmim também mencionou que a equipe estava trabalhando na elaboração de relatórios de prestação de contas gerais, que seriam lançados no Mapa Cultural e nas redes sociais, detalhando quanto recurso foi recebido e quanto foi destinado à operacionalização, às categorias audiovisuais e aos outros editais. Ela afirmou que esse processo seria concluído ao encerrar a Lei Paulo Gustavo do Estado de Pernambuco e que todas as informações seriam disponibilizadas, mantendo-se disponível para quaisquer dúvidas no Conselho e na Secretaria. **Yasmim** deu continuidade à reunião e trouxe o ponto sobre as Eleições Setoriais do CEPC. Ela explicou que havia uma pendência referente à construção de uma nova comissão, e informou que a equipe responsável era composta por ela mesma, Amanda Carneiro, Bárbara Collier e Marcelo de Ogum. Ela mencionou que o grupo se reuniu e validou o formulário de inscrição, que já havia sido construído pelo Mapa Cultural. Yasmim relatou que estavam enfrentando um problema com o Mapa Cultural, que caiu durante os testes, e que Bárbara estava atuando como presidente da comissão e trabalhando com Amanda e Marcelo para finalizar os testes. Yasmim informou que também trouxe para o Conselho a proposta de votação do novo cronograma para a publicação do edital das Comissões Setoriais. Ela destacou que, apesar de as quatro pessoas da nova comissão serem responsáveis pela análise, seria impossível para elas analisarem todas as instituições sozinhas, e que outros conselheiros também deveriam se dispor a acompanhar o processo e dar suporte as pessoas candidatas. Yasmim acreditou que, na semana seguinte, o edital seria publicado e as inscrições abririam para a sociedade, permitindo a inscrição nas 22 comissões setoriais que iriam dialogar com o Conselho. Ela sublinhou a importância de mobilizar a sociedade para a eleição e informou que o mandato da comissão atual foi prorrogado e precisava ser repassado. **Amanda Carneiro** complementou que, em sua função na Casa dos Conselhos, ofereceu todo o

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

suporte necessário para o processo da comissão eleitoral das Comissões Setoriais. Ela explicou que seria essencial a ajuda dos conselheiros para lidar com o trabalho intenso que estava por vir, dado que seriam eleitos 22 segmentos, cada um com seis titulares e seis suplentes, totalizando 264 novos conselheiros para dar suporte ao Conselho. Amanda informou que, após a finalização dos testes e a validação do cronograma na próxima semana, o cronograma seria apresentado ao Conselho e, em seguida, o edital seria publicado e as inscrições abririam no mês de julho. Ela ressaltou que seria crucial contar com um número significativo de conselheiros para ajudar nas análises e garantir uma eleição clara, transparente e positiva para o Conselho. Amanda enfatizou a importância de ter conselheiros comprometidos com o trabalho para que o processo eleitoral fosse bem-sucedido. **Wagner Egito** destacou a importância da divulgação das Eleições Setoriais, sugerindo que a Comissão de Comunicação trabalhe em conjunto com a comunicação da Secult para preparar os materiais necessários. Ele mencionou que, devido ao atraso na realização das eleições, é essencial estimular e informar a base sobre o evento e sua importância. Para isso, é preciso um plano de comunicação prévia que inclua um cronograma detalhado de divulgações, com vídeos, cards, datas, editoriais e tutoriais de votação. Egito também ressaltou que a assessoria de comunicação deve ser acionada para auxiliar na criação e execução desse plano. **Amanda Carneiro** informou que na próxima semana, possivelmente na terça-feira, a comunicação do Conselho, juntamente com a comunicação da Secult, será acionada. Ela prometeu dar notícias sobre o andamento desse processo. Amanda agradeceu a Wagner pela contribuição. **Yasmim Neves** considerou importante divulgar as atividades nas redes sociais do Conselho, da Secretaria de Cultura e no Mapa Cultural, onde ocorreriam as inscrições. Ela sugeriu a criação de um cronograma detalhado não apenas para a divulgação, mas também para os períodos importantes, e pediu a Amanda que anotasse isso. Yasmim enfatizou a necessidade de mobilização de todos, destacando a importância da participação da sociedade civil no processo cultural, que inclui a implementação da Semana Nacional e a atualização do plano estadual PNAB. Ela ressaltou que as pessoas que se juntarem ao Conselho contribuirão significativamente para todo o processo cultural. Yasmim explicou que, no âmbito do **PNAB**, eles realizaram e validaram escutas, sistematizaram os resultados, construíram e validaram o PAAR com o Conselho, e encaminharam o PAAR para o Ministério. No momento, estavam elaborando editais, minutas e planejamentos, incluindo editais de premiação, fomento e a reimplementação do programa Cultura Viva. Ela informou que o PAAR estava disponível no Mapa Cultural e no DOE, e destacou que estavam focados em continuar o processo, trazendo editais inéditos para melhor atender à sociedade civil. Yasmim mencionou que alguns conselheiros tinham questionamentos e passou a palavra para Rafael. **Rafael Farias** mencionou que Willyssys faria um questionamento técnico já discutido no grupo, então não abordaria esse ponto. Ele pediu a definição de

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

um prazo para o lançamento dos editais, já que o setor cultural estava ansioso por isso. Rafael perguntou se o Estado estava preparado para a alta demanda de proponentes, considerando o prazo curto para operacionalizar os recursos até dezembro. Ele também perguntou sobre a preparação para a demanda de pareceristas, destacando a importância de não serem pegos de surpresa, devido ao aumento constante de participantes nos editais. Além disso, Rafael questionou se o período eleitoral impactaria o processo, considerando que muitos municípios não estariam preparados para lidar com os recursos durante as eleições municipais, e pediu informações jurídicas sobre esses pontos. **Yasmim Neves** explicou que estavam se preparando para a alta demanda, planejando e lançando editais de forma escalonada, não todos de uma vez, para facilitar as inscrições da sociedade civil e evitar sobrecarga. Ela mencionou que já fizeram uma nova chamada para pareceristas e que o edital de credenciamento estava aberto, com cerca de 250 pareceristas aptos a serem contratados. Yasmim destacou que estavam construindo um manual de orientação para parcerias e trabalhando para aumentar a equipe e melhorar o atendimento aos proponentes, estabelecendo um canal único de comunicação via e-mail para facilitar o processo. Ela afirmou que estavam em colaboração com a PGE e outras instituições para propor melhorias e evitar problemas anteriores. Estavam firmando convênios com instituições para apoiar os proponentes na escrita dos editais e no acesso ao Mapa Cultural. Yasmim ressaltou que o trabalho estava focado em construir um processo mais fácil tanto para os proponentes quanto para a equipe executora, considerando todas as demandas da Secretaria, incluindo prêmios e o Sistema Nacional. Sobre o impacto político, ela esclareceu que não afetaria a Secult, mas poderia impactar os municípios. A GETEC estava monitorando a situação dos municípios em relação à PNAB e outras questões como o pagamento da LPG, garantindo que estivessem preparados para o ano eleitoral. **Wllyssys Wolfgang** explicou que já havia adiantado no grupo do Conselho sua preocupação sobre a destinação de recursos do PAAR. Ele mencionou que 5.100.000 reais foram destinados para a reforma do Museu Cais do Sertão, localizado na região metropolitana, utilizando recursos da PNAB. Além disso, a Lei Paulo Gustavo destinou 3.500.000 reais para o restauro de São Luís e 500.000 reais para o Cine Guarani, totalizando mais de 4 milhões de reais para esses equipamentos na região metropolitana. Wllyssys questionou a escolha do Museu Cais do Sertão para receber 5.100.000 reais, sugerindo que esse montante poderia ser utilizado para adquirir ou reformar equipamentos em outras regiões, como o Sertão, o Agreste ou a Zona da Mata. Ele destacou a necessidade de pensar na estruturação e fixação de bases para os próximos anos e expressou preocupação com a falta de investimentos em áreas fora da região metropolitana. Ele sugeriu que, em vez de concentrar grandes somas em equipamentos na região metropolitana, a Secult poderia investir em adquirir ou reformar bens em regiões como Petrolina, que tem áreas com potencial cultural significativo. Wllyssys destacou a importância da democratização e descentralização dos recursos,

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

questionando como a Secult planejava fazer essa descentralização, já que a Lei Paulo Gustavo também favoreceu equipamentos na região metropolitana. Wllyssys concluiu mencionando cidades do Sertão que são frequentemente esquecidas nas políticas culturais, como Araripina, Serra Talhada, Santa Maria, Salgueiro e o Vale de Itaparica. Ele enfatizou a importância de entender melhor a lógica por trás das escolhas de investimentos e de considerar regiões que carecem de equipamentos culturais. **Yasmim Neves** explicou que a escolha do Museu Cais do Sertão foi técnica, baseada na prontidão do projeto e na rapidez com que poderia ser reorganizado. Ela ressaltou que isso não significava que outros equipamentos não seriam atendidos durante os cinco anos do processo. A Secult estava em conversa com o Conselho de Patrimônio e Preservação (CEPPC) para identificar outros equipamentos em Pernambuco que poderiam ser restaurados ou melhorados. Ela mencionou que o recurso para a Casa dos Conselhos já estava planejado para atender aos três conselhos existentes, e que a decisão de alocar os 5 milhões para o Museu Cais do Sertão foi baseada na prontidão do projeto e na necessidade de um aporte financeiro. Yasmim garantiu que a Secult está comprometida em atender equipamentos em todo o estado, não apenas na região metropolitana, e que o levantamento e o planejamento serão feitos em conjunto com o CEPPC. **Bárbara Santini** complementou o que Yasmim havia dito, ressaltando a importância das escutas no processo de planejamento. Ela enfatizou que, para realizar obras e aquisições, é crucial que o Conselho de Preservação, os municípios e outros stakeholders apresentem seus planejamentos e equipamentos que podem ser reestruturados. Bárbara destacou que o Sertão traz propostas estruturadas e que esse tipo de contribuição é essencial para a Secult planejar de maneira eficaz. Ela pediu que todos vejam isso como uma atividade conjunta, utilizando a fase de escuta para trazer ideias e necessidades que serão incorporadas ao PAAR e ao planejamento da Secult nos próximos cinco anos. **Yasmim Neves** informou que ia passar a palavra para Ana Paula Jardim, Secretária Executiva de Gestão, para que ela pudesse complementar o assunto discutido na reunião. **Ana Paula Jardim** explicou que, ao chegar na reunião, viu que o assunto em discussão era sobre a escolha de equipamentos para a PNAB. Ela mencionou que, no Conselho de Preservação, solicitaram uma lista de equipamentos de todo o Estado de Pernambuco, e na primeira reunião receberam várias sugestões de equipamentos para o Sertão e o Agreste, com o objetivo de preparar um cronograma para os próximos cinco anos. Ana Paula Jardim explicou que a escolha do Museu Cais do Sertão para receber os recursos foi baseada no fato de que já havia documentação e projetos prontos para o equipamento. Ela destacou que, para alocar recursos a um equipamento, era necessário ter toda a documentação e um plano de execução, e no caso do Cais do Sertão, esses documentos já estavam disponíveis. Ela acrescentou que também consideraram a Casa da Cultura, mas não havia documentação suficiente para execução naquele ano. O projeto da Casa dos Conselhos foi incluído porque já estava

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

pronto e era uma emenda existente, o que permitiu o início dos trabalhos. Além disso, Ana Paula Jardim afirmou que o Conselho de Preservação forneceu uma extensa lista de equipamentos, que está sendo tratada como sugestão para futuros projetos. **Yasmim Neves** ressaltou que, apesar do trabalho do CEPPC, a Secult também traria as propostas para o Conselho Estadual de Política Cultural para validação durante a etapa da PNAB. Ela afirmou que estavam abertos a fazer o mapeamento necessário para entender onde poderiam contribuir ainda mais como Estado. **Wagner Egito** fez um elogio pelo fato de o e-mail para envio de comunicados aos proponentes já estar automático no mapa cultural, destacando a importância dessa comunicação oficial. Ele também propôs a ideia de estabelecer um limite percentual do orçamento da PNAB para reformas de equipamentos estaduais. Wagner argumentou que reformas em prédios oficiais são geralmente mais caras e numerosas, o que pode deixar de fora muitas iniciativas culturais da sociedade civil, especialmente fora da região metropolitana, onde há uma grande carência de espaços culturais, como cinemas, teatros e bibliotecas. Ele sugeriu que deveria haver um limite para a verba destinada a reformas de patrimônios oficiais para garantir que mais recursos sejam disponibilizados para projetos culturais da sociedade civil. Além disso, ele mencionou que o governo estadual também deve comprometer-se com a manutenção e reforma de seus imóveis e que um limite percentual ajudaria a equilibrar a alocação de recursos entre as reformas e as iniciativas culturais. Wagner afirmou que é fundamental aperfeiçoar a elaboração dos editais, especialmente no que se refere ao suporte presencial para proponentes que não são familiarizados com a comunicação digital. Ele destacou que, embora a comunicação digital seja uma opção, não deve ser a única forma de acesso à informação, e que o suporte presencial deve ser oferecido para aqueles que necessitam. Wagner também sugeriu que a Secult criasse tutoriais em vídeo e realizasse lives para tirar dúvidas durante o processo dos editais, ao invés de deixar que os proponentes dependam apenas de reuniões presenciais, onde muitas dúvidas são esclarecidas. Além disso, ele mencionou a necessidade de esclarecer a diferença entre "selecionado" e "habilitado" nos resultados preliminares dos editais, pois muitos proponentes confundem esses termos. Wagner recomendou que, se a alteração do termo não for possível, a Secult fizesse uma divulgação mais clara sobre o significado dos resultados e organizasse reuniões de avaliação para resolver problemas relacionados ao processo da PNAB. **Yasmim Neves** trouxe uma devolutiva sobre a versão do atendimento presencial. Ela informou que a Secult estava localizada na Rua José de Alencar, 368, e que todos os proponentes que iam até lá eram atendidos. Ela explicou que, apesar de utilizarem meios digitais para facilitar o atendimento a todos os 184 municípios de Pernambuco, a Secult não conseguia estar presente em todos os locais. Ela destacou que a Secult não se negava a atender os proponentes e que, mesmo sem a obrigatoriedade de letramento digital, usavam essa base como suporte pós-pandemia. Yasmim mencionou que estavam

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

finalizando um processo de contratação para uma entidade que ofereceria formação sobre projetos e prestação de contas, e que estavam pensando em melhorias e em estar presentes em mais locais através da PNAB. Yasmim explicou que Pernambuco receberia 74 milhões e 354 mil reais para a PNAB em 2024, com aproximadamente 7% destinados ao Cais do Sertão e à Casa dos Conselhos. Ela assegurou que estavam tratando a PNAB com responsabilidade e realizando reuniões com o MinC e a PGE para garantir que todas as ações fossem documentadas e respaldadas. Yasmim concluiu que, apesar de estarem longe do ideal, a equipe estava comprometida em entregar a melhor fase para a cultura, com a contribuição do Ministério da Cultura, das secretarias, dos agentes culturais e da sociedade civil. **Wllyssys Wolfgang** expressou tristeza com a escolha de destinar recursos ao Cais do Sertão e pediu para que, com seu histórico profissional, a Secult reavaliasse a decisão de concentrar os recursos na capital. Ele comparou a situação a dar comida a quem já tinha um prato, enquanto o interior do estado, como Petrolina e Caruaru, não tinha os mesmos recursos ou planos para novos equipamentos. Wllyssys destacou que a lei exigia descentralização e que a política cultural deveria atender também o interior de Pernambuco. Ele se ofereceu para ajudar a identificar necessidades e criar oportunidades para levar recursos e equipamentos a outras regiões, enfatizando que a Secult deveria considerar essas demandas e trabalhar de maneira mais equitativa. **Yasmim Neves** afirmou que não se podia nem se devia escolher somente a região metropolitana para alocar recursos, pois era necessário considerar o Estado de Pernambuco como um todo e promover a descentralização. Ela acreditava que o processo era uma construção conjunta, com a possibilidade de dialogar sobre quais equipamentos deveriam ser priorizados e como captar recursos de forma mais eficaz. Ela mencionou que a Secult havia apoiado tanto a região metropolitana quanto Triunfo, que já estava em processo de organização de equipamentos culturais. Yasmim sugeriu que o Conselho poderia propor quais equipamentos deveriam receber recursos e que poderiam haver momentos de alinhamento para identificar onde investir em bens culturais. Ela reconheceu a falta de uma equipe de engenharia no circuito, o que dificultava o processo, mas destacou que estavam dialogando com a Fundarpe e a Empetur para melhorar a efetividade das ações. Yasmim enfatizou a importância da regionalização e da descentralização, defendendo a oferta de oportunidades para municípios fora da região metropolitana, como Boa Vista e Santa Maria da Boa Vista, além de Serra Talhada. Yasmim concluiu que a abordagem para o PNAB era uma oportunidade para escutar a sociedade e melhorar a alocação de recursos, buscando sempre beneficiar o território de maneira significativa e construir um futuro mais justo para a cultura. **Rafael Farias** acreditou que a fala de Wllyssys corroborava com muitas das questões discutidas, especialmente em relação às capacitações. Ele ressaltou que, embora houvesse uma cobrança constante para que os interiores enviassem mais projetos, era necessário que o governo também adentrasse essas regiões com um local

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

de atendimento presencial e oferecesse capacitações adequadas. Rafael destacou que, por exemplo, o Sertão de Pernambuco era composto por várias regiões e que algumas delas já tinham devolvido recursos municipais por falta de conhecimento sobre como escrever projetos. Ele reconheceu que houve avanços nesse sentido, mas enfatizou que era necessário que a PNAB também incluísse capacitações efetivas para atender a essas necessidades regionais. Ele argumentou que, para cumprir a lei que estabelece a divisão de recursos (20% para cada região fora da metropolitana e 40% para a metropolitana), o estado precisava não apenas coletar mais projetos, mas também garantir que esses projetos fossem viáveis. Rafael utilizou a metáfora do prato de comida de Wilyssys para ilustrar a necessidade de oferecer recursos e suporte a todas as regiões, não apenas às mais desenvolvidas. Ele concluiu que era hora de o governo dar um passo à frente e avançar nesse aspecto, cobrando a realização das capacitações da PNAB. **Yasmim Neves** explicou que a busca ativa seria realizada em conjunto com as capacitações, embora não pudesse dar certeza absoluta sobre a implementação devido ao processo de contratação da instituição que daria suporte diário aos proponentes e agentes culturais. Inicialmente, haveria atendimento em 13 municípios, excluindo a região metropolitana, oferecendo suporte para escrita de projetos, esclarecimento de dúvidas e capacitação do processo por meio de lives e diálogos. Ela afirmou que o planejamento começava muito antes de estar nas ruas e que estavam focados em entender como melhorar a racionalização dos recursos, com o ministério ciente do processo. Yasmim mencionou que estavam construindo um processo mais assertivo para a distribuição dos recursos e regionalização, e que iriam marcar uma reunião com Irene e outros representantes do Sertão para discutir melhorias. Ela enfatizou que a intenção era a evolução e a construção conjunta, reconhecendo que não poderia ter o mesmo entendimento e visão local que Rafael de Arcoverde ou Wilyssys de Petrolina. A ideia era sentar, conversar e encontrar soluções que beneficiassem os fazedores de cultura do território. Yasmim afirmou que o papel da Secretaria de Cultura era agir coletivamente, ouvindo e colocando em prática as sugestões para melhorar as políticas culturais no próximo ano e além. **Rafael Farias** pontuou que a regionalização também deveria envolver a utilização da mão de obra do interior, ressaltando que o processo muitas vezes ficava concentrado na capital, quando havia pessoas capacitadas no interior que poderiam contribuir para a capacitação de outras. Ele defendeu a ideia de que o Estado deveria contratar profissionais do interior para realizar capacitações, considerando que havia muitas pessoas capacitadas para elaborar projetos e prestar contas. Ele destacou a necessidade de abrir um leque de propostas e entender que a regionalização deveria ser abrangente, sem a percepção de que o interior era intelectualmente inferior à capital. Rafael mencionou uma visão compartilhada por Lirinha, enfatizando que a capital muitas vezes não compreendia o que estava sendo feito no interior. Para ele, era uma questão de logística e de aproveitar as ferramentas e o potencial do interior para contribuir mais

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

efetivamente. **Yasmim Neves** comentou que, durante uma conversa anterior, havia sido discutido o afeto que um conterrâneo pode trazer ao falar sobre a cultura, enfatizando que esse afeto é uma parte importante do trabalho cultural. Ela destacou a importância de transformar a visão de que a cultura não é um trabalho, afirmando que a cultura deve ser reconhecida e potencializada como um campo de atuação profissional. Yasmim afirmou que, apesar de ainda enfrentar obstáculos com a Procuradoria Geral do Estado, ela e sua equipe estavam empenhados em dialogar com outras instituições e cobrar ações para a descentralização cultural em Pernambuco. Ela mencionou que o compromisso era promover a cultura em todos os 184 municípios do estado, avançando com processos como o marco regulatório. Yasmim se comprometeu a continuar lutando por esse objetivo e a buscar formas de tornar a descentralização cultural uma realidade. **Amanda Carneiro** explicou que uma pergunta feita por Wagner destacou um ponto importante para a próxima reunião. Ela mencionou que, na reunião, seria necessário decidir, com a presença da maioria dos conselheiros, sobre a **substituição de um membro do Conselho na comissão da PNAB**. Amanda esclareceu que, como Janaína já não fazia parte do Conselho, era necessário nomear um novo membro para a comissão da PNAB e registrou essa necessidade em Ata para que a nova indicação fosse feita na próxima reunião. **Yasmim Neves** ressaltou a importância de uma colaboração com a Universidade Federal de Pernambuco para potencializar o processo de heteroidentificação. Ela explicou que estavam trazendo esse processo para o início do procedimento, para garantir que os recursos fossem destinados a pessoas realmente em situação de vulnerabilidade e para oferecer um curso que abordasse indução, reserva de cotas e regionalização, visando a melhoria do processo. **Willyssys Wolfgang** perguntou sobre o cronograma, que estava previsto para o final de julho ou início de agosto. Ao mesmo tempo, ele agradeceu pela resposta e pela disposição de tentar ouvi-los. Ele afirmou que estava disponível para mobilizar pessoas no Sertão, destacando que era bom ter dois conselheiros muito atuantes na região. **Yasmim Neves** agradeceu a todos os envolvidos, ressaltando que o trabalho era um esforço coletivo e que estavam cada vez mais acertando para fortalecer a cultura pernambucana. Ela agradeceu aos conselheiros da sociedade civil, desejou um bom fim de semana a todos e informou que a Comissão de Ética se encontraria novamente em breve. Nada, havendo a tratar, a presidente **Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano** agradeceu a presença de todos/as, pediu que todos os presentes abrissem a câmara para registrar em foto, por fim deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.



Secretaria
de Cultura



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Yasmim Dyndara das Neves Crispianiano (**Presidente**)

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge da Silva

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva

Rafael Farias Almeida



Secretaria
de Cultura



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Alcidésio José de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleunice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Eduarda Borba Lippo

Rayana Burgos dos Santos

Ianne Raíssa de Sousa Galvão

Rennan Mendes dos Santos



Secretaria
de Cultura



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Lucas Fernando Barbosa Correia

Elimar Pereira da Silva

Natália Oikawa

Gerlane Souza de Lima

Marcelo Renan Oliveira de Souza

Karla Regina do Monte Oliveira

Renan Cabral da Silva

Maria Regina de Araújo Ramos



Secretaria
de Cultura



REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC

Laura Maria de Melo Sarmento

Flávia Maria Pessoa Guerra

Francisco de Assis do Nascimento

Roberto Azoubel da Mota Silveira